

O nó górdio da dívida

José Nêumanne

Dívida pública

A grande expectativa do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, em relação ao assassinio de Paulo César Farias, ex-tesoureiro de Collor, na Praia de Guaxuma, não será satisfeita com a divulgação, em 30 dias, do laudo pericial do legista Fortunato Badan Palhares. Interessante-lhe mais saber a repercussão do crime no ânimo dos credores internacionais de seu Estado. Afinal, ele está fazendo um empréstimo de US\$ 160 milhões para, como diz, "mudar o perfil da dívida do Estado". Porque pagar, que é bom, nem pensar.

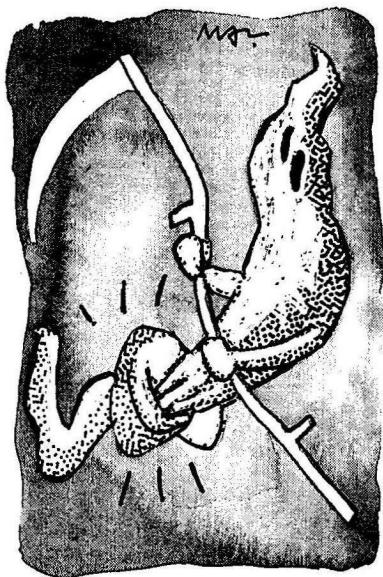
O governador nutre esperanças de atualizar o pagamento de vencimentos de seus funcionários, entre os quais os policiais que investigam o crime, que só receberam até fevereiro. Sua expectativa é tanta que chegou a ameaçar com renúncia, caso tais recursos não sejam liberados pelos credores americanos até o próximo dia 15. Com eles, espera reduzir a participação da folha de pagamento na receita líquida, que é de 80%, para 70%.

A situação de Alagoas é dramática e repercute nacionalmente, até por causa da súbita morte de PC e da não menos surpreendente greve do Poder Judiciário. Mas não é única. Ao contrário, todos os Estados brasileiros devem muito, nenhum deles, nem mesmo São Paulo, o mais rico, tem como pagar e, por causa disso, os governadores exercem seus mandatos, de pires na mão, tentando conseguir recursos em Brasília, e não em seus gabinetes em palácio.

O pecado original é o uso e o abuso do Estado como cabide de emprego. Os velhos hábitos patrimonialistas da política brasileira sempre firmaram o conceito de que governar é nomear, pois o emprego público, que não exige suor e garante o voto de cabresto, não custa nada para o administrador, mas para o eleitor e contribuinte, que não sabe disso. O que o Piauí arrecada dá apenas para pagar o funcionalismo. No Acre, 94% da receita do Estado está comprometida com

a folha de pagamento. Mas não se trata de uma doença exclusivamente nordestina. Santa Catarina tem 88% da receita comprometida para pagar sua folha. Quase todos os Estados estão fora da lei, pois a Lei Camata limita esse comprometimento a 60% da receita líquida.

Por isso, os governadores são os maiores aliados do governo federal na luta pela aprovação da reforma administrativa. Não que eles sejam contra nomear. Mas, agora, se não conseguirem demi-



tir, não sabem como vai ser possível administrar. Como governar sem fazer nenhuma despesa?

Antes do Plano Real, isso era possível porque havia a inflação. A erosão do poder de compra da moeda permitia jogos contábeis, que mascaravam a incapacidade de honrar os compromissos. O fim da inflação veio acompanhado com o pior dos fantasmas para os governadores inadimplentes, a política de juros altos. Se, de um lado, a arrecadação subiu, de outro, essa elevação não foi suficiente para acompanhar a alta exagerada dos custos financeiros das dívidas estaduais. A situação do Mato Grosso, que, no ano passado, gastou 20% da receita líquida para pagar dívidas, ficou tão dramática que o governador Dante de Oliveira

chegou a adoecer e pediu licença do cargo.

No tempo da inflação, que corroía a remuneração dos funcionários, era possível maquiagem o rombo porque o governo federal rolava a dívida dos Estados no overnight. O truque era vender títulos a curto prazo. Com a estabilidade da moeda, o funcionalismo passou a ganhar em moeda forte e o feitiço virou contra o feiticeiro. Por isso mesmo, de julho de 1994 até maio deste ano, a dívida mobiliária (em títulos) dos Estados com a União cresceu 793%. Agora, o governo propõe rolar tal dívida a níveis aceitáveis, desde que os governadores aceitem reduzir gastos: o famoso "FMI do Malan".

Mas o prestígio político dos governadores, utilizado como moeda corrente no mercado político do Congresso Nacional, também contribuiu para aumentar o rombo dos Estados, que são, aliás, muito dependentes da União. O orçamento do Acre, por exemplo, depende em 88,9% da transferência do Fundo de Participação dos Estados (FPE), ou seja, de recursos federais.

Mais nocivo do que esse prestígio é o poder por ele transferido aos bancos estaduais, que não obedecem, como os particulares, às normas do Banco Central e se transformam em Casas da Moeda alternativas, que produzem mais dívidas, em vez de dinheiro, para pagá-las. Por isso, o governo propõe mudar a natureza desses bancos, mas os governadores reagem contra.

Trata-se de um nó górdio impossível de desatar e difícil de cortar, porque o regime constitucional vigente permite que os governadores nomeiem, mas os proíbe de demitir. Só a reforma administrativa pode mudar isso. Sem ela, será mais fácil para Divaldo Suruagy prender o assassino de PC do que remunerar normalmente os policiais que venham a lhe dar ordem de prisão.